PESQUISA
DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

AGENDA PÚBLICA 15 ANOS

Condições de Vida nas Metrópoles da Amazônia

> **O desenvolvimento sustentável da Amazônia passa, necessariamente, pelo bem-estar das pessoas que ali vivem. Para isso, o acesso a serviços públicos de qualidade é elemento determinante, mas quase ausente no grande debate sobre o futuro da região.**

Sergio Andrade,
cientista político e diretor executivo da Agenda Pública.

A desigualdade regional brasileira se faz sentir no acesso a serviços públicos de qualidade. Na Amazônia, isso não tem sido diferente e é analisado aqui da perspectiva de suas metrópoles. Este quadro geral de potenciais, assimetrias e contradições, observado também na maioria de seus municípios, precisa ser compreendido com mais profundida para orientar instituições públicas e privadas genuinamente interessadas no desenvolvimento sustentável regional. A Pesquisa Condições de Vida nas Metrópoles da Amazônia é parte da I Edição da Pesquisa Nacional Qualidade dos Serviços Públicos nas Capitais Brasileiras, realizada pela Agenda Pública, e é um amplo levantamento com mais de 35 indicadores comparativos e percepções de cidadãos que vivem nesses municípios.

SERVIÇOS PÚBLICOS NAS METRÓPOLES DA AMAZÔNIA[1]

A AMAZÔNIA É URBANA

Tendo em vista a grande diversidade que compõe seu panorama geográfico, político, econômico, cultural e ambiental, a rede Uma Concertação pela Amazônia propõe a existência de quatro Amazônias: a das áreas conservadas, a das áreas de transição, a das áreas convertidas (também chamadas de "Amazônia não florestal") e a das cidades. Essa última, a das cidades, é a Amazônia de que tratamos na presente publicação, com muitos de seus núcleos urbanos formados às margens dos rios - como Belém e Manaus, cujos dados iremos analisar - e das rodovias.

Com índices de urbanização cada vez mais expressivos, a Amazônia possui grande parte de sua população vivendo em cidades. Os 76% da população amazônida que vivem em áreas urbanas enfrentam problemas ligados à qualidade de vida que a colocam em posições ainda mais precárias que a média da população brasileira. Há desafios de ordem social, econômica e ambiental, além de que a expansão desordenada para a fronteira oeste do país criou cidades mal distribuídas no território, com uma profusão de cidades de pequeno porte no entorno de algumas cidades de médio e grande porte que concentram potencialidades, mas também desafios no oferecimento de serviços públicos de qualidade.

Além disso, as grandes cidades da Amazônia expandiram-se sem o apoio de instrumentos de planejamento urbano, pois o uso dessas ferramentas é escasso na região. O Plano Diretor, aprovado por legislação municipal, reúne diretrizes para o desenvolvimento e a expansão urbana. Entretanto, apenas 51% dos municípios da Amazônia Legal possuem Plano Diretor. Em Manaus, o Plano Diretor foi criado somente em 2002 e revisto em 2014, ao passo que o Plano de Belém data de 2008 e ainda não foi revisto, de acordo com informações do estudo Cidades Amazônicas: um chamado à ação.

1. Devido a escolhas metodológicas, esta publicação trata apenas dos dois maiores centros metropolitanos da Amazônia Legal - Manaus e Belém. Para saber mais sobre os outros centros metropolitanos da Amazônia Legal, acesse o painel da Pesquisa Nacional Qualidade dos Serviços Públicos nas Capitais Brasileiras.

ACESSO AO DESENVOLVIMENTO

A população que vive na Amazônia Legal, estimada em 38 milhões de habitantes, merece melhores e mais justas condições de vida, trabalho e renda. Preservação e avanços socioeconômicos podem andar juntos neste território, equilibrando as assimetrias existentes na própria região, bem como, quando comparamos os níveis de vida com o restante do país. O trabalho da Agenda Pública na região completa 10 anos de iniciativas realizadas em conjunto com os principais governos da região, além de empresas, instituições multilaterais e também com municípios, especialmente, no Estado do Pará. São projetos, iniciativas em rede e publicações voltados ao fortalecimento da capacidade institucional e da governança público-privada para implementar políticas públicas e projetos de dinamismo econômico local com impacto para o desenvolvimento sustentável como um todo.

Entre os destaques dessa trajetória estão o Programa Territórios Sustentáveis, iniciativa de impacto coletivo para melhoria das políticas públicas locais, congregando diversas organizações, empresas e governos na região Oeste do Pará. O Consórcio Pró-Educação, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, foi responsável pelo Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará, o qual investiu centenas de milhões de reais para esta finalidade, envolvendo desde o gerenciamento de projetos estratégicos, a construção e reforma de escolas, até a criação do Sistema Educacional Interativo (SEI), uma metodologia de Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica. A Agenda Pública também implementou, em conjunto com a Fundação Vale, um Programa de Dinamismo Econômico, em Canaã dos Carajás, responsável pelo Pacto por Canaã, modernizando instrumentos de desenvolvimento econômico local, como fundos de desenvolvimento e o pólo empresarial. Em outra frente, o projeto Pará Quilombolas, em parceria com o UNICEF, foi desenvolvido para trazer um olhar para a qualidade nas entregas dos serviços públicos para as comunidades quilombolas, visando a melhoria na qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens residentes nos 39 municípios paraenses.

Entre as iniciativas recentes que debatem estratégias de desenvolvimento estão publicações como Dinamismo Econômico na Amazônia e Como promover a agropecuária sustentável no Estado do Mato Grosso, ambas financiadas pela União Europeia. Destaca-se, por fim, a Tese de Desenvolvimento Territorial da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), elaborada pela Agenda Pública com a participação de dezenas de instituições que formam a plataforma. Orientada para a implementação de iniciativas público-privadas, a tese apresenta quatro eixos de ação para conformar uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável para o contexto regional amazônico, respeitando e potencializando ativos da sociobiodiversidade existente.

É NECESSÁRIO OLHAR PARA AS

METRÓPOLES AMAZÔNICAS

A melhora da qualidade dos serviços públicos nas grandes metrópoles da Amazônia é uma chave essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

O modelo de urbanização que embasou a criação ou o crescimento da maior parte dos núcleos urbanos tratou a Amazônia como uma folha em branco, obliterando sua história social pregressa e considerando a floresta como um obstáculo a ser superado. Com foco em atividades econômicas extrativistas e predatórias, a maior parte da Amazônia urbana tornou-se pouco ligada aos seus ativos mais importantes: a floresta e sua população. Consequentemente, enfrentam desafios socioambientais significativos e políticas públicas pouco efetivas para endereçar os problemas locais.

Entretanto, reflexões e projetos em torno do oferecimento de serviços públicos nas grandes cidades da Amazônia e de sua importância para o desenvolvimento sustentável de todo o bioma têm ganhado relevância. Em dezembro de 2023, durante a COP 28 em Dubai, foi lançada a Coalizão para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, como parte do debate "As cidades e o desmatamento: políticas e instrumentos de ordenamento territorial e bioeconomia para o combate ao desmatamento". A Coalizão, uma iniciativa da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e a WRI Brasil, possui uma carta que estabelece princípios como "Considerar as cidades como elemento fundamental da discussão climática a partir dos seus desafios, soluções e especificidades" e "Criar e compartilhar novas narrativas para inspirar transformações em cidades que sejam socialmente justas e emitam baixo carbono".

Além disso, o sucesso das políticas públicas voltadas para as metrópoles da Amazônia devem ser baseadas em uma visão integrada entre economia, sociedade e meio ambiente, que é justamente a proposta do Desenvolvimento Sustentável. Como exemplo, podemos citar a relação entre saúde, arborização e desmatamento. O estudo "As cidades na Amazônia Legal: diagnóstico, desafios e oportunidades para urbanização sustentável", do projeto Amazônia 2030, evidenciou que a arborização das cidades amazônicas é inferior à média nacional, e esse baixo índice de arborização de ruas e conservação de áreas de floresta remanescente impacta o conforto térmico e a qualidade do ar, contribuindo para problemas respiratórios. Áreas verdes também poderiam abrandar o impacto de chuvas torrenciais, que muitas vezes causam enchentes, espalhando doenças e poluindo cursos d'água.

Nesse contexto, é essencial pensar sobre o oferecimento de serviços públicos nas metrópoles da Amazônia e como a população local os avalia. Qualidade de um serviço público não é algo intuitivo, precisa ser operacionalizado e, então avaliado, orientando ações coletivas na política ou na economia. O Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (13.460/2017), base conceitual para esta pesquisa, operacionaliza padrões de qualidade para as diferentes modalidades de prestação, indicando que tempo de espera e esforço necessários para acessar os serviços, desempenho dos profissionais e a capacidade de resolver o problema do usuário são fatores decisivos que pesam no impacto das atividades, mas também na avaliação dos usuários. Por isso, serviços públicos de qualidade precisam ser inteligentes, baseados em dados e evidências; simples, mais ágeis e com baixo custo e; humanos, construídos com as pessoas.

METODOLOGIA

Pesquisa de percepções

- A pesquisa de avaliação de percepções e opiniões foi desenvolvida em parceria com o Instituto IDEIA.
- Foram entrevistadas na pesquisa de percepções e opiniões somente pessoas que utilizaram os serviços públicos nos últimos 12 meses. Pessoas que responderam "não sei/não lembro" não foram habilitadas a continuar a entrevista.
- A coleta dos dados foi feita via painel mobile entre 28 de setembro de 2023 e 01 de outubro de 2023.
- A amostra de entrevistados foi estabelecida a partir de cotas variáveis, segundo a distribuição da população (PNAD 2023 e Censo 2010):
  - Gênero: Fem e Mas (53/47)
  - Idade: 18-34 e 35-99 (35/65)
  - Classe: AB e CDE (30/70)
- O intervalo de confiança estimado é de 95%, e a margem de erro máxima estimada, de 3 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.
- É importante ponderar o que os usuários avaliam. Essas impressões se mesclam, por exemplo, com sentimentos sobre aprovação do gestor, sobre o canal de atendimento ou serviço propriamente utilizado. Além disso, é comum que usuários insatisfeitos manifestem sua opinião com maior frequência. A metodologia da pesquisa foi cuidadosamente elaborada para evitar esse tipo de viés.

Pesquisa com indicadores de desempenho

- Os indicadores de desempenho avaliam seis dimensões, cada uma composta por um pool de indicadores, cujos dados foram parametrizados para gerar notas de zero a dez, sendo zero a nota mais baixa, e dez, a mais alta.
- As dimensões são: educação, saúde, proteção social, desenvolvimento econômico, mobilidade urbana e gestão da qualidade. Os indicadores que compõem cada dimensão podem ser consultados no painel específico.
- Os indicadores de desempenho foram elaborados a partir de dados secundários oficiais, disponíveis em bancos de dados públicos.

Serviços públicos básicos

A Amazônia não é um bioma homogêneo e tampouco o são suas populações e seus núcleos urbanos; mas, como tratado anteriormente, um traço comum à região é a presença de níveis elevados de desigualdades. Ao discursar na Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, em junho de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mencionando o combate à pobreza e à desigualdade, afirmou que "se a gente não colocar isso com tanta prioridade quanto a questão climática, a gente pode ter um clima muito bom e o povo continuar morrendo de fome em vários países do mundo." Nas metrópoles amazônicas, as desigualdades se apresentam de forma acentuada, seguindo as tendências gerais do país, mas com dados ainda mais alarmantes.

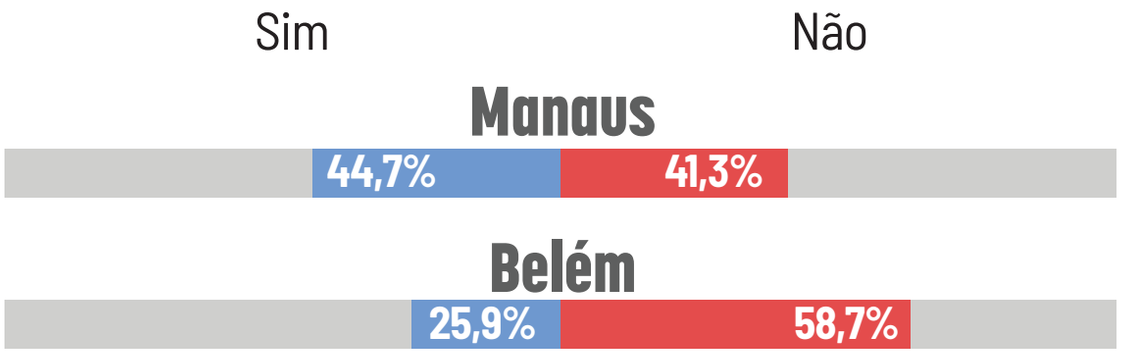
No lançamento da Coalizão para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, o Ministro das Cidades Jader Filho ressaltou que, para tratarmos de pautas ambientais com a população (e sobre desenvolvimento sustentável, acrescentamos), é necessário que suas necessidades básicas sejam atendidas, caso contrário o foco se torna a sobrevivência. A oferta de serviços públicos básicos de qualidade é tanto uma condição quanto um reflexo do desenvolvimento sustentável.

Além disso, serviços públicos essenciais de qualidade nas grandes cidades amazônicas devem ter a adaptação e a resiliência às mudanças climáticas como eixo estruturante. A implementação desse quadro de ação que leva em conta a resiliência já começa a contar com instrumentos relevantes, como é o caso do Índice de Adaptação Urbana (UAI), que faz parte do Projeto CiAdapta 2, e é construído a partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O UAI contempla dimensões como habitação, mobilidade urbana, produção de alimentos e gestão ambiental. Como apontam os pesquisadores do Projeto CiAdapta 2, "a escolha dessas dimensões reflete o entendimento de que a adaptação às mudanças climáticas deve ser integrada às políticas de desenvolvimento econômico, cidadania e sustentabilidade, especialmente em cidades localizadas em países de baixa renda, onde as persistentes desigualdades sociais são agravadas pelos impactos das mudanças climáticas."

Sem planejamento de políticas públicas para melhorar as condições de vida nas grandes cidades da região e sem orçamento adequado para reduzir as disparidades em saúde, educação e infraestrutura, por exemplo, a população tende a migrar para centros urbanos de outras regiões ou avançar para a fronteira do desmatamento. Nessa fronteira, a assistência do Estado é ainda mais precária, e atividades predatórias como grilagem de terras, desmatamento, garimpo ilegal e extração de madeira são as principais possibilidades econômicas.

A qualidade dos serviços públicos oferecidos nas metrópoles amazônicas é condição essencial para o desenvolvimento sustentável na região; entretanto, os dados de Belém e de Manaus mostram que a oferta de serviços como educação, saúde e proteção social está aquém do necessário para garantir a qualidade de vida da população. Ademais, a pesquisa de percepções evidencia que as prefeituras não têm feito o suficiente para modificar esse cenário.

As demandas dos usuários foram atendidas satisfatoriamente pelas prefeituras?

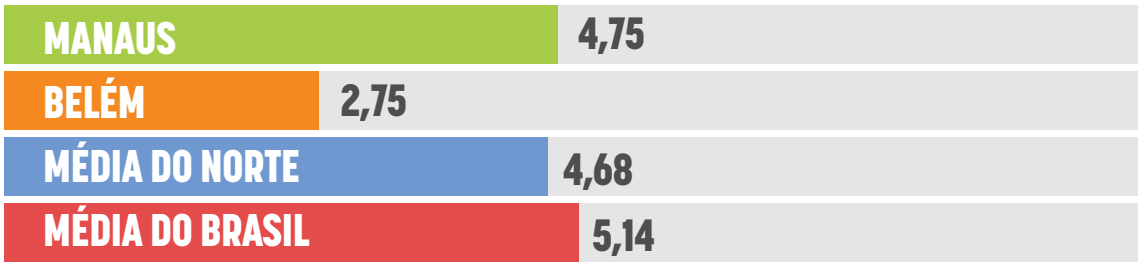


Q6. Quando você precisou resolver algum problema que dependia da prefeitura (ex: exame, alvará, matrícula, pagamento de taxas, etc.), você julga que este assunto foi resolvido satisfatoriamente? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

Qual o desempenho dos serviços públicos nas metrópoles da Amazônia?

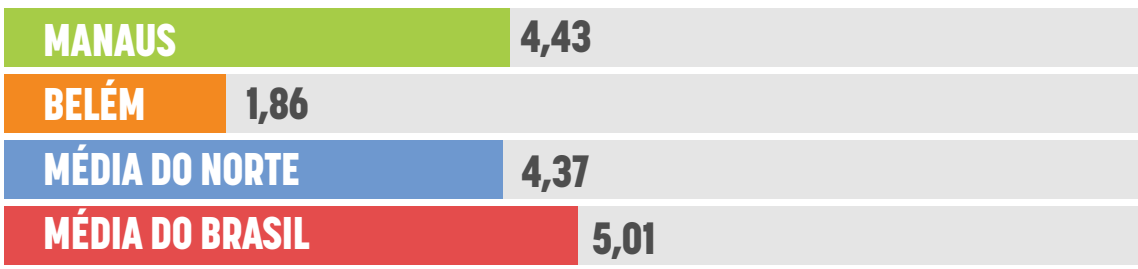
Os índices de Saúde, Educação e Proteção Social foram normalizados para obter uma escala de notas de 0 a 10, sendo 0 a mais baixa, e 10, a mais alta. Esses dados integram um dos componentes da Pesquisa Nacional Qualidade dos Serviços Públicos nas Capitais Brasileiras, que pode ser consultada aqui.

1) Notas de Saúde Pública



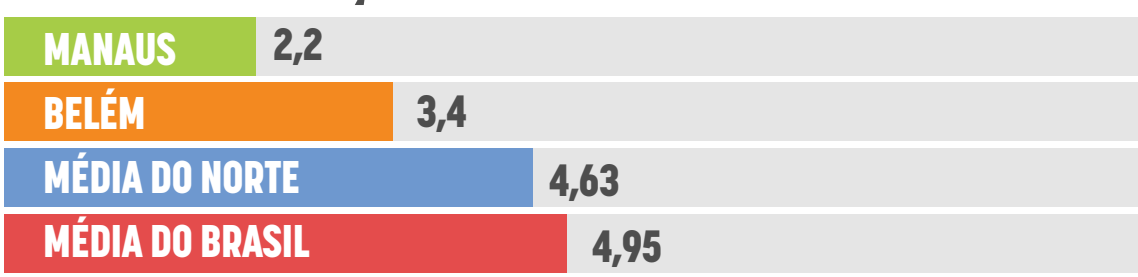
A dimensão Saúde é composta pelos seguintes indicadores: Gastos per Capita em Saúde, Mortalidade Infantil, Mortalidade por Causas Evitáveis, Cobertura da Atenção Básica, Cobertura Vacinal, Proporção de Equipamentos do SUS no Total de Equipamentos de Saúde, Acesso à Água e Acesso à Coleta de Esgoto.

2) Notas de Educação



A dimensão Educação é composta pelos seguintes indicadores: Gastos per Capita em educação, Ideb de 6º a 9º ano, Ideb do 5º ano, Taxa de abandono escolar, Taxa líquida de matrículas em creches, Taxa de distorção idade/série e Dispêndio de recurso em relação ao desempenho no Ideb.

3) Notas de Proteção social

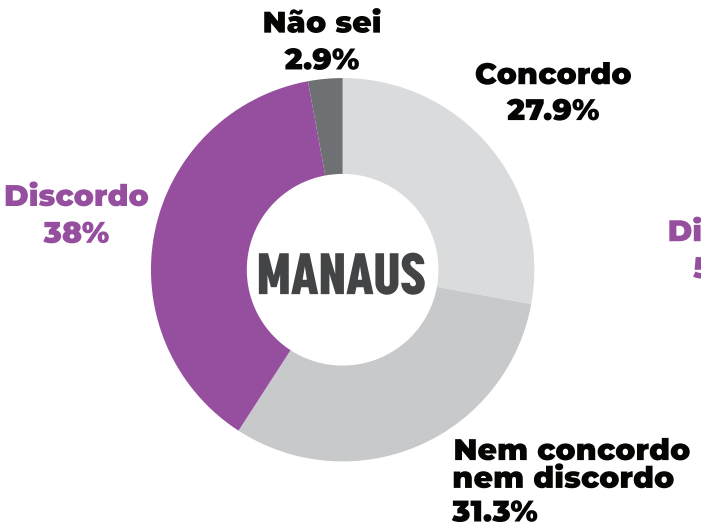


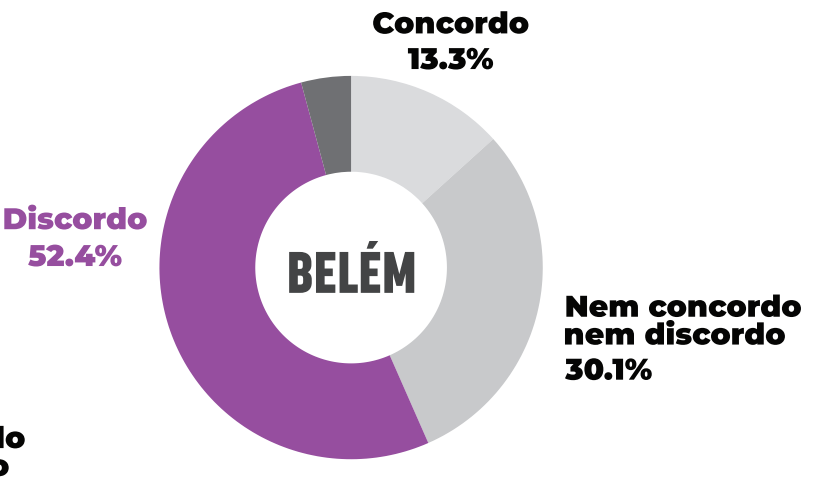
A dimensão Proteção Social abarca os indicadores Proporção de Beneficiários do Programa Bolsa Família entre as Famílias que Recebem até 1/2 s.m, Quantidade de Famílias em Situação de Pobreza e Extrema pobreza, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), Proporção de Famílias que Recebem até 1/2 s.m entre as Famílias Registradas no Cadastro Único da Assistência Social (CADÚNICO) e Quantidade de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) per Capita.

Fonte: Elaboração própria. Para mais informações, consultar o painel da pesquisa.

O que os usuários pensam sobre os serviços públicos nas metrópoles da Amazônia?

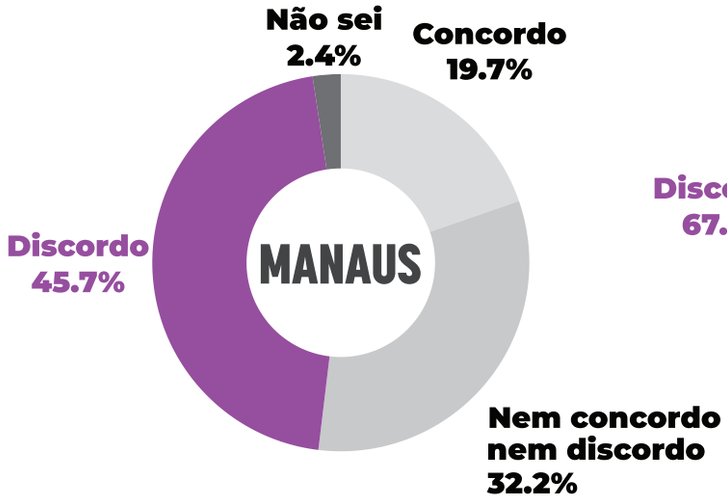
1) A prefeitura está trabalhando para melhorar a qualidade da educação?

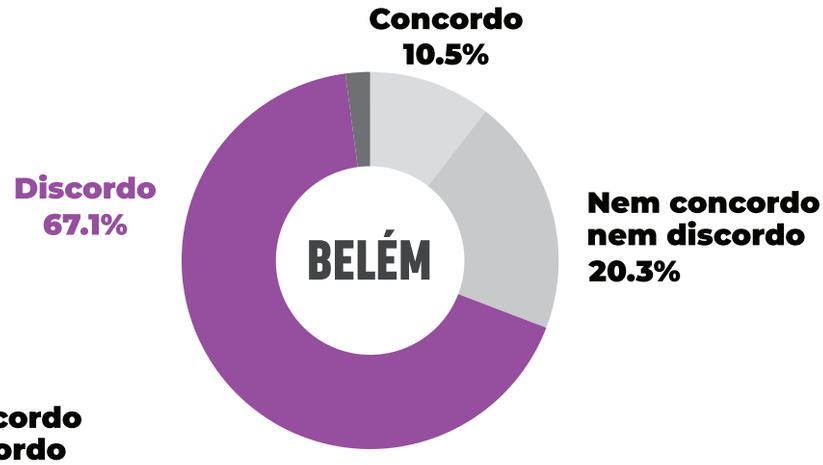




Q24.1 A prefeitura está trabalhando para melhorar a qualidade da educação. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

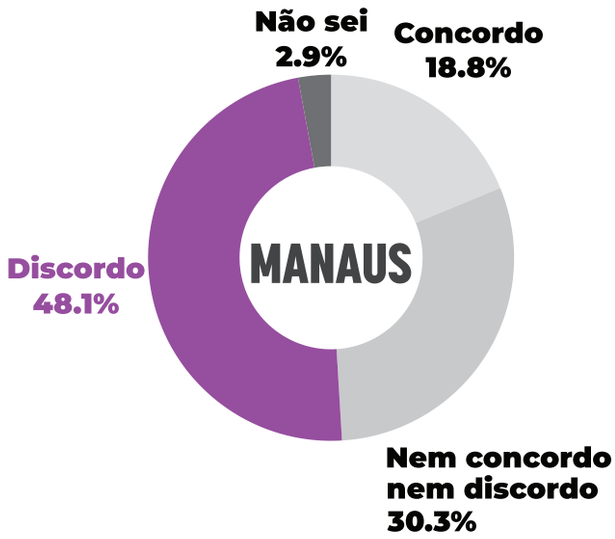
2) A prefeitura está fazendo o suficiente para entregar uma saúde pública de qualidade para os cidadãos?

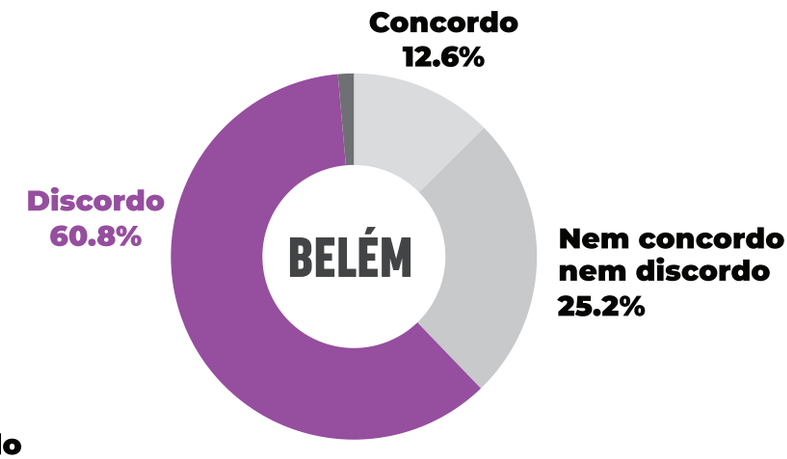




Q24.2 A prefeitura está fazendo o suficiente para entregar uma saúde pública de qualidade para os cidadãos. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

3) A prefeitura trabalha para reduzir a pobreza e a desigualdade?





Q23.5 A prefeitura do meu município trabalha para reduzir a pobreza e a desigualdade. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

A NOVA AGENDA URBANA

Estima-se que até 2050 a população urbana mundial irá dobrar, o que faz com que a agenda urbana seja uma das principais do século XXI e tenha centralidade para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, para guiar as transformações urbanas nos próximos 20 anos, foi lançada a Nova Agenda Urbana (NAU), em 2016, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Habitat III. A NAU apresenta uma mudança de paradigma ao propor políticas públicas baseadas em evidências e na ciência das cidades. Ela estabelece padrões e princípios para o planejamento e melhoria das áreas urbanas e aponta que as políticas de desenvolvimento devem integrar urbanização sustentável, geração de emprego e de oportunidades de subsistência e melhora da qualidade de vida.

Estamos a apenas alguns anos de 2030, marco temporal limite para a consecução dos ODS. Porém, nos últimos anos, o Brasil passou por um grande retrocesso na implementação de políticas públicas e no oferecimento de serviços públicos de qualidade para a população. Isso significa que o país só alcançará as metas se escolher agendas estratégias e assertivas, aliando setor público, privado e sociedade civil. A Nova Agenda Urbana possui estreita ligação com os ODS e é um dos mecanismos que podem potencializar o desenvolvimento sustentável. De acordo com Sergio Andrade, diretor executivo da Agenda Pública, "o país voltou no tempo em muitos indicadores medidos pelos ODS, o que exigiria avançarmos 20 anos em 7 para cumprir suas metas. Portanto, para maior êxito da Missão 2030, será necessário um verdadeiro exercício de realismo, priorizando estratégias com maior impacto no conjunto de indicadores e com forte apelo junto à sociedade."

Economia e meio ambiente

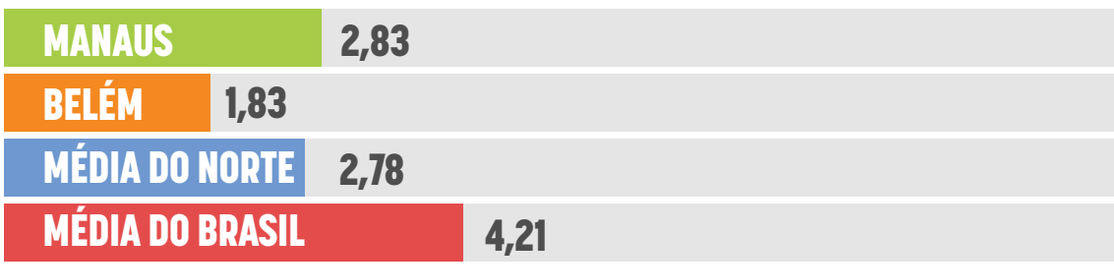
A Amazônia é a região cujas cidades apresentam os índices mais baixos de desenvolvimento sustentável no país. Essa forma de desenvolvimento só se tornará uma realidade na região se houver melhoria nas condições de vida nas cidades que concentram a maior parte da população amazônica. Aqui, referimo-nos ao básico: serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico, transporte, conexão de internet, segurança pública, entre outros.

Essas melhorias são fundamentais para atrair oportunidades econômicas sustentáveis para as cidades Amazônicas e para o fortalecimento de ecossistemas de ciência e tecnologia, de forma que os próprios serviços públicos sejam vetores de inovação e da consecução do desenvolvimento sustentável. Políticas públicas, como requalificação para o trabalho, agricultura sustentável, inclusão produtiva, valorização da sociobioeconomia, adaptação e mitigação climática ou reciclagem de resíduos, por exemplo, possuem grande potencial de inovação e de geração de novos negócios. Entretanto, para que isso se torne uma realidade, é necessário fazer frente a uma série de desafios que tanto diminuem a qualidade do ambiente de negócios quanto dificultam a implementação de abordagens econômicas sustentáveis.

Qualificação dos trabalhadores, fortalecimento da educação básica, melhores condições de acesso a crédito para pequenos e médios empresários, incentivos para negócios de impacto socioambiental, aprimoramento dos instrumentos de desenvolvimento econômico local, energia limpa para as indústrias, infraestruturas verdes são apenas algumas das necessidades econômicas da região. Mas, além de considerar como as condições sociais e ambientais locais podem potencializar os negócios, é necessário levar em conta o impacto negativo da degradação ambiental na economia. A seca pela qual o estado do Amazonas tem passado, por exemplo, afetou a Zona Franca de Manaus, fazendo com que um dos principais portos ficasse sem receber navios de carga por mais de um mês, devido à baixa navegabilidade dos rios.

As políticas de desenvolvimento dinamizam a economia, que por sua vez aumenta as condições para que as grandes cidades continuem a se desenvolver de forma sustentável. Esse ciclo virtuoso, a princípio voltado para a economia, só se sustenta se houver políticas públicas que garantam condições de vida para a população e promovam adaptação e resiliência às mudanças climáticas. De acordo com a avaliação dos usuários de serviços públicos, essa ainda não tem sido a realidade nos municípios de Belém e de Manaus, como evidenciam os dados a seguir.

Que nota obtiveram os serviços públicos ligados ao desenvolvimento econômico?

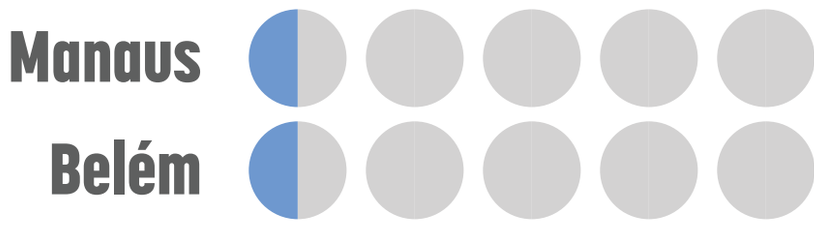


Fonte: Elaboração própria. Para mais informações, consultar o painel da pesquisa.

Os dados apresentados integram um dos componentes da Pesquisa Nacional Qualidade dos Serviços Públicos nas Capitais Brasileiras, que pode ser consultada aqui. O índice de Desenvolvimento Econômico foi normalizado para obter uma escala de notas de 0 a 10, sendo 0 a mais baixa, e 10, a mais alta, e é formado pelos indicadores PIB per Capita, Taxa de Empregos Formais per Capita, Índice de Vulnerabilidade Social com Recorte de Renda e Trabalho, Investimento per Capita, Índice de Vulnerabilidade social com recorte de Infraestrutura Urbana e Índice de Cidades Empreendedoras.

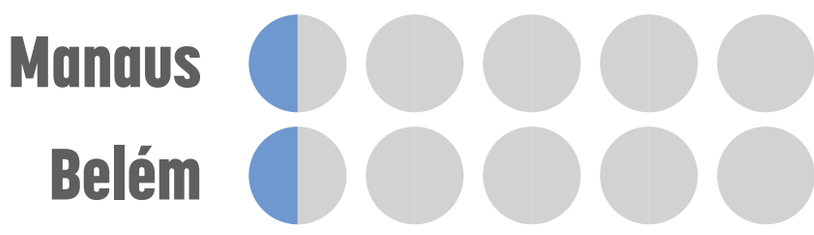
O que os usuários pensam sobre os serviços públicos ligados ao desenvolvimento econômico?

1) Nível de satisfação com as políticas das prefeituras para a geração de renda e a criação de empregos



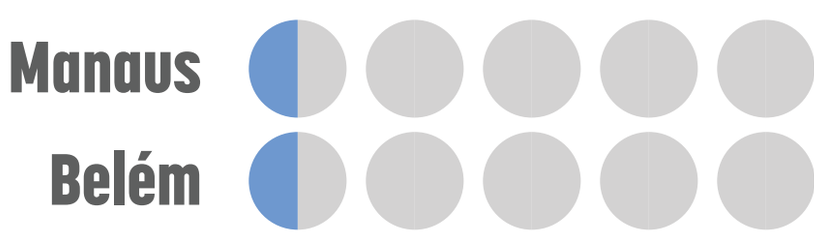
Q20. Como você avalia o serviço oferecido pelo seu município em relação à GERAÇÃO DE EMPREGO? Dê uma nota de 1 a 5, em que 1 representa "muito insatisfeito" e 5 representa "muito satisfeito". Q20.3 Geração de renda e de empregos. (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

2) Nível de satisfação com as políticas das prefeituras de apoio aos empreendedores



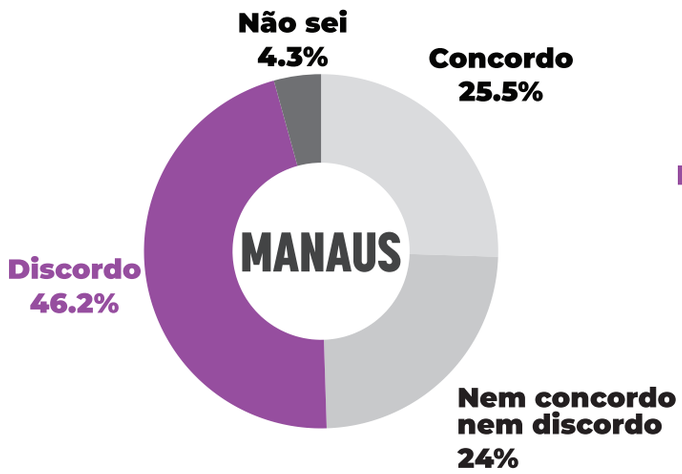
Q20. Como você avalia o serviço oferecido pelo seu município em relação à GERAÇÃO DE EMPREGO? Dê uma nota de 1 a 5, em que 1 representa "muito insatisfeito" e 5 representa "muito satisfeito". Q20.1 Apoio da sua prefeitura aos empreendedores (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

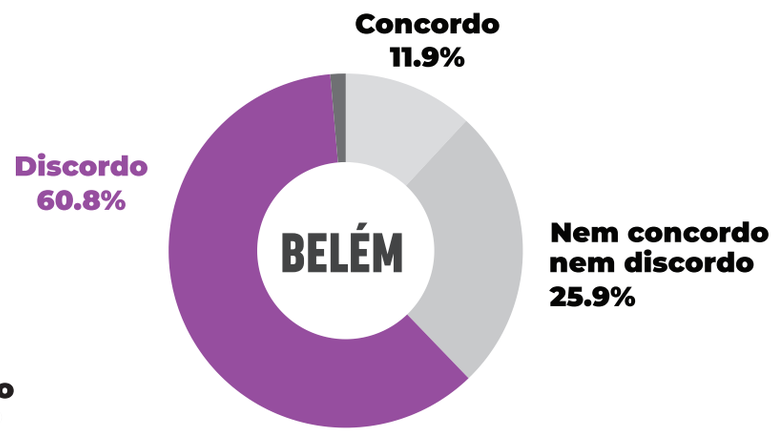
3) Nível de satisfação com as políticas das prefeituras para inovação, incubação e aceleração de empresas



Q20. Como você avalia o serviço oferecido pelo seu município em relação à GERAÇÃO DE EMPREGO? Dê uma nota de 1 a 5, em que 1 representa "muito insatisfeito" e 5 representa "muito satisfeito".Q20.4 Programas de inovação, incubação ou aceleração de empresas (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

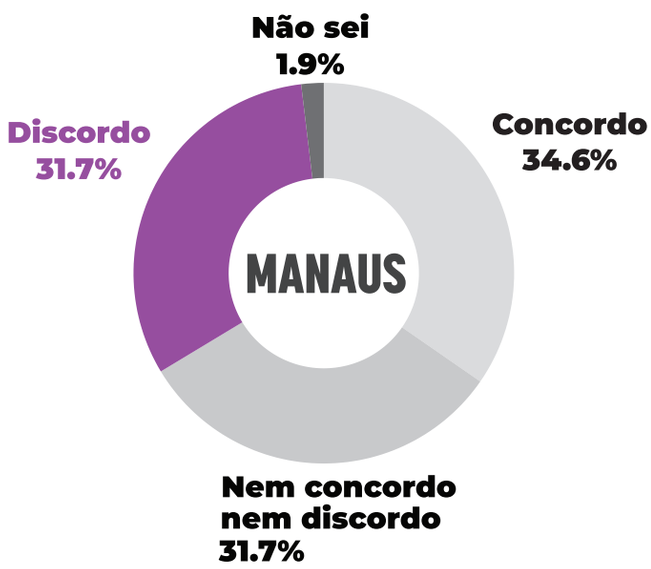
4) A prefeitura protege o meio ambiente e promove ações de combate às mudanças climáticas?

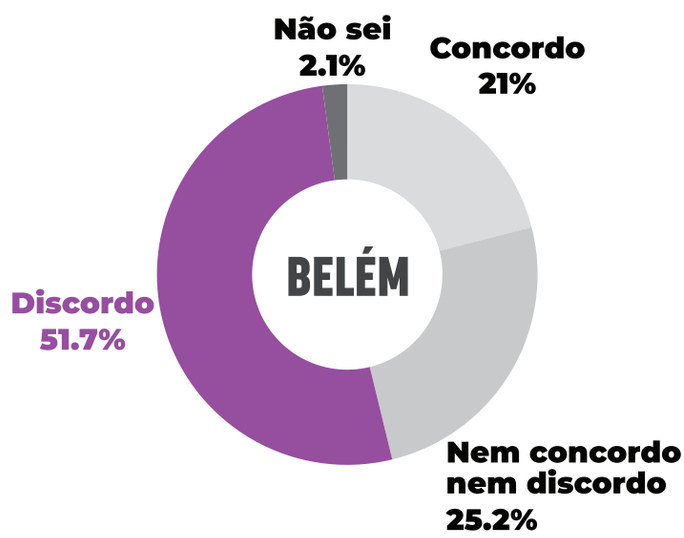




Q23.2 A prefeitura do meu município protege o meio ambiente e promove ações de combate às mudanças climáticas. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

5) A prefeitura protege o meio ambiente por meio do provimento de saneamento básico?





Esse dado do município de Manaus é a exceção entre as avaliações de percepção dos usuários, pois a maioria possui uma avaliação positiva do provimento de saneamento básico e sua contribuição para a proteção ambiental.

Q23.3 A prefeitura do meu município garante acesso à água potável, esgoto e coleta de lixo para todos os cidadãos. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

MEDIDAS PARA ATIVAR A SOCIOBIOECONOMIA NAS METRÓPOLES DA AMAZÔNIA

- Mudança do caráter filantrópico das iniciativas de Desenvolvimento Territorial e estruturação de modelos de negócio sustentáveis e inclusivos;
- Incentivo a práticas econômicas de baixo carbono;
- Inclusão produtiva de comunidades tradicionais;
- Valorização e apoio a atividades agropecuárias sustentáveis;
- Formulação de planos econômicos que garantam a perenidade das iniciativas;
- Aprofundamento do conhecimento sobre as oportunidades e gargalos para o estabelecimento de sistemas produtivos a partir da sociobiodiversidade;
- Desenvolvimento de capacidades de pequenos empreendedores e cooperativas para potencializar modelos da sociobioeconomia;
- Desenvolvimento de capacidades institucionais para a implementação de iniciativas integradas com igual ênfase em aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Para saber mais, acesse a Plataforma Transição Justa

Governança pública

A governança pública é outro aspecto essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades amazônicas, sobretudo das grandes metrópoles. No Brasil, o debate sobre governança pública foi consolidado por meio do decreto 9.203/2017 (com alterações do decreto 9.901/2019), que no artigo 2º traz a seguinte definição: "Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade".

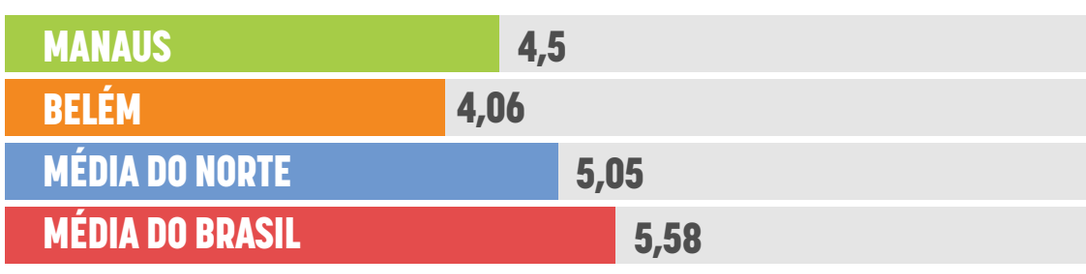
Conforme aponta o Tribunal de Contas da União, a governança é diferente de gestão. Enquanto esta trata da função realizadora do administração pública, aquela trata da função direcionadora, da emissão de diretrizes e orientações para o melhor funcionamento da administração. Em outras palavras, podemos afirmar que a base da governança é a articulação entre os sistemas político e administrativo, articulação que fundamenta a tomada de decisões na esfera pública e articula atores nos territórios municipal, estadual ou federal para esta atividade. Assim, a governança compreende tanto a dinâmica de organização do território e seu oferecimento de serviços públicos quanto a participação dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões dentro da esfera pública.

Visando à articulação dessas duas dimensões, a gestão moderna moderna e democrática deve equilibrar as diretrizes dos governos do momento com mecanismos de atuação da sociedade na gestão, por meio de instrumentos que fomentem a diversidade e o empoderamento do cidadão. Assim, modifica-se gradualmente a concepção de "poder público" para "serviço público", fomentando parcerias entre governantes e cidadãos.

Da parceria entre sociedade e governos podem soluções coletivas tanto para problemas cotidianos das cidades, quanto para o futuro dos municípios e seus planos diretores estratégicos. O fortalecimento dos processos de decisão com participação dos munícipes exige a concretização de princípios como a transparência nas informações como as políticas públicas em si, orçamentos e parceiros comerciais. Além da transparência, o Índice de avaliação da governança pública (iGovP), desenvolvido por Oliveira e Pisa (2015) estabelece os princípios da efetividade, prestação de contas e responsabilização (accountability), participação, equidade, legalidade, ética e integridade.

Assim como nos índices e avaliações apresentados nas seções anteriores, as notas referentes à governança e à qualidade da gestão pública nos municípios de Belém e Manaus estão aquém das médias da região Norte e do restante do país.

Que nota obtiveram os serviços públicos ligados à governança?

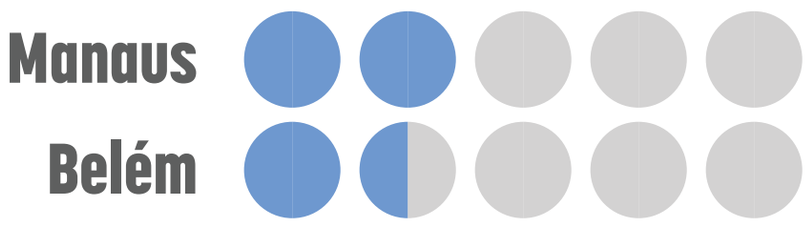


Fonte: Elaboração própria. Para mais informações, consultar o painel da pesquisa.

A dimensão Gestão da Qualidade abarca os indicadores Porcentagem de Transformação dos Serviços Públicos Digitalizáveis, Escala Brasil Transparente, Cobertura de Ouvidorias, Funcionamento de Portal da Transparência e Sustentabilidade Fiscal.

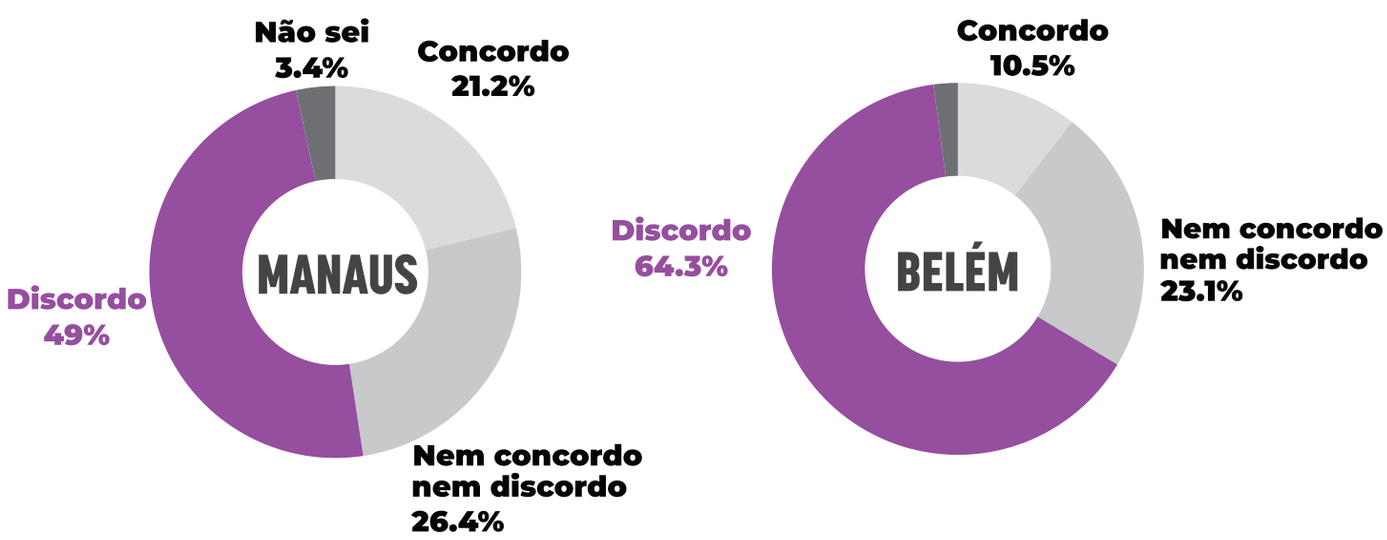
O que os usuários pensam sobre os serviços ligados à governança da prefeitura?

1) Nível de satisfação com os serviços públicos digitais das prefeituras



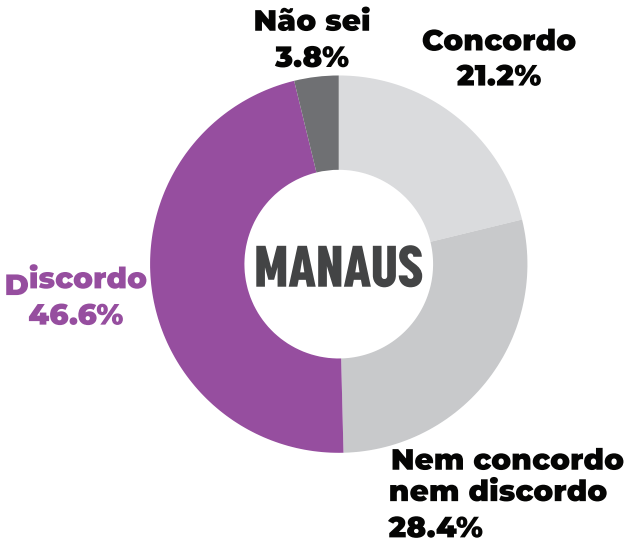
Q16. Quanto você está satisfeito com os serviços públicos disponibilizados online pelo governo municipal, tais como IPTU, Nota Fiscal Eletrônica e parcelamento de ISS (ou outros tributos) no seu município? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

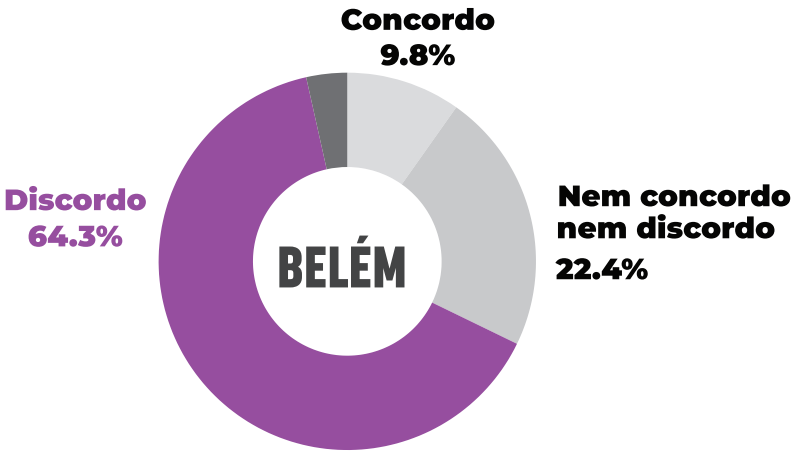
2) A prefeitura escuta as necessidades da população e promove a participação pública dos cidadãos?



Q23.4 A prefeitura escuta as necessidades da população e promove a participação pública dos cidadãos. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

3) A prefeitura trabalha de forma eficiente e transparente?





Q24.5 A prefeitura da minha cidade trabalha de forma eficiente e transparente para os cidadãos.Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

GESTÃO MUNICIPAL EFICIENTE

Sabemos que grandes metrópoles têm seus desafios maximizados pela dimensão territorial, complexidade econômica e densidade populacional. Nesse sentido, uma boa governança pública contribui para o desenvolvimento sustentável das cidades ao engajar a população na resolução dos desafios. Mecanismos adequados de governança permitem que os munícipes acompanhem indicadores vinculados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao Plano Diretor, ao Plano Plurianual. Ademais, o acesso a dados sobre a gestão pública possibilita o monitoramento e a fiscalização dos órgãos municipais e a avaliação dos serviços públicos, de modo a identificar eventuais problemas e contribuir para a melhoria dos serviços ofertados. Uma boa governança também permite a tomada de decisões baseada em evidências, o que resulta em uma gestão mais eficiente e orientada para resultados.

GOVERNANÇA NA AGENDA 2030

Na Agenda 2030, onde figuram os 17 objetivos e 169 metas de desenvolvimento sustentável, a governança figura tanto como um objetivo específico quanto uma diretriz geral. No documento da ONU, aponta-se que "um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável. Isso significa que a implementação dos ODS deve inserir a governança como eixo central, já que é um dos fatores essenciais para a boa consecução dos objetivos. Paralelamente, o ODS 16, "Paz, Justiça e Instituições eficazes", trata diretamente da governança e inclui metas como a promoção do Estado de Direito, redução da corrupção, desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, acesso público à informação e garantia da tomada de decisão responsiva, inclusiva e participativa.

FICHA TÉCNICA

Coordenação técnica: Sergio Andrade
Análise de dados: Natália Araújo
Data visualization: Natália Araújo e Tiago Rocha
Comunicação: Em Foco
A pesquisa de opinião foi desenvolvida pelo Instituto IDEIA

PESQUISA DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

15 ANOS AGENDA PÚBLICA